

-- Pág. 01/05 --

PROCESSO: TC — 04.395/15

Administração direta. PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANUAL do PREFEITO MUNICIPAL de

PIRPIRITUBA, relativa ao exercício de 2014.

PARECER FAVORÁVEL à aprovação das contas.

Julgamento Regular com Ressalvas das contas de

gestão. Atendimento parcial às exigências da LRF.

Aplicação de multa e outras providências.

PARECER PPL-TC-00116/16

RELATÓRIO

- Os autos do PROCESSO TC-04.395/15 correspondentes à PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA, exercício de 2014, de responsabilidade do Prefeito Sr. RINALDO DE LUCENA GUEDES, foram analisados pelo Órgão de Instrução deste Tribunal, que emitiu o relatório de fls. 260/395, com as colocações e observações a seguir resumidas:
 - **1.1.** Apresentação da **Prestação de Contas** no prazo legal, em conformidade com a **RN TC-03/10**.
 - **1.2.** A **Lei Orçamentária Anual** estimou a **receita** e fixou a **despesa** em **R\$20.178.000,00** e autorizou a abertura de **créditos adicionais suplementares** em **20%** da despesa fixada.
 - **1.3. Repasse ao Poder Legislativo** representando **6,99%** da receita tributária do exercício anterior.
 - 1.4. DESPESAS CONDICIONADAS:
 - **1.4.1.** Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE): 28,39% das receitas de impostos mais transferências;
 - **1.4.2.** Ações e Serviços Públicos de Saúde (SAÚDE): 19,91% das receitas de impostos mais transferências;
 - **1.4.3. PESSOAL: 55,48%** da Receita Corrente Líquida (RCL)¹.
 - **1.4.4. FUNDEB:** Foram aplicados **78,37%** dos recursos do **FUNDEB** na remuneração do magistério.
 - **1.5.** Os gastos com **obras e serviços de engenharia**, no total de **R\$ 844.780,44**, correspondente a **5,35%** da DOTG.
 - **1.6. Normalidade** no pagamento dos subsídios do Prefeito e do vice-Prefeito.
 - **1.7.** A **Auditoria** destacou, a título de **irregularidades**, as seguintes ocorrências:
 - 1.7.1. Não realização de procedimentos licitatórios exigíveis (R\$ 474.248,92);
 - **1.7.2.** Ausência de alternativa de encaminhamento de pedido de acesso a informações no site oficial do município;
 - **1.7.3.** Não-liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;
 - **1.7.4.** Não recolhimento da contribuição previdenciária patronal à instituição de previdência (**R\$ 574.046,45**);
 - **1.7.5.** Não empenhamento da contribuição previdenciária patronal (**R\$84.498,03**);

¹ As despesas de pessoal do Poder Executivo representaram **52,74%** da RCL.



- 1.7.6. Não atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **1.7.7.** Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes;
- **1.7.8.** Não provimento dos cargos de natureza permanente mediante concurso público;
- **1.7.9.** Não cumprimento das regras de pagamento dos precatórios (**R\$1.077.920,34**).
- 2. **Citada**, a autoridade responsável apresentou **defesa**, analisada pela **Auditoria** (fls.1053/1063) que concluiu subsistentes as seguintes **falhas**:
 - **2.1.** Não realização de processo licitatório, nos casos previstos na Lei de Licitações, no valor retificado de **R\$ 79.044,43**;
 - **2.2.** Ausência de alternativa de encaminhamento de pedido de acesso a informações no site oficial do município;
 - **2.3.** Não liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;
 - **2.4.** Não recolhimento da contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência **R\$ 574.046,45**;
 - **2.5.** Não recolhimento da contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência, **R\$ 84.498,03**;
 - 2.6. Não atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos; e,
 - **2.7.** Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis.
- 3. Os autos foram encaminhados ao exame do **Ministério Público junto ao Tribunal** de onde retornaram com o **Parecer de fls. 2323/2334**, no qual opinou pela:
 - **3.1.** Emissão de parecer contrário à aprovação das contas do Chefe do Poder Executivo do município de PIRPIRITUBA, Sr. RINALDO DE LUCENA GUEDES, relativas ao exercício de 2014;
 - 3.2. Aplicação de multa ao gestor, com fundamento no art. 56 da LOTCE;
 - **3.3.** Remessa de Cópia dos presentes ao Ministério Público Comum, para fins de análise dos indícios de cometimento de atos de improbidade administrativa (Lei 8.429/92) e crimes licitatórios (Lei 8.666/93) pelo Sr. Rinaldo de Lucena Guedes.
 - **3.4.** Representação à Receita Federal do Brasil e ao Regime Próprio de Previdência acerca das eivas contidas nos itens 04 e 05 para adoção das medidas de sua competência.
 - **3.5.** Recomendação à atual gestão do Município de Pirpirituba, no sentido de estrita observância às normas constitucionais e infraconstitucionais, e quanto à gestão geral, não incorrer em quaisquer das falhas e irregularidades hauridas e confirmadas pela Auditoria neste álbum processual, sob pena de repercussão negativa em prestações de contas futuras.
- 4. O processo foi agendado para a sessão, **efetuadas as comunicações de estilo**. É o relatório.

VOTO DO RELATOR

As **irregularidades remanescentes** nos autos estão a seguir debatidas individualmente.

 Não realização de processo licitatório, nos casos previstos na Lei de Licitações, no valor retificado de R\$ 79.044,43.

Após análise de defesa, restaram **despesas não licitadas** no montante de **R\$79.044,43**, conforme demonstrativo a seguir:



CREDOR	ОВЈЕТО	VALOR (R\$)
INDÚSTRIA CALÇADOS ROGERIO LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO	8.290,80
JOSÉ MARCIO MACIANO DA SILVA	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES	9.441,00
LUIZ CARLOS LACERDA VIRGOLINO	CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS	10.279,00
SEVERINO DOS RAMOS SOARES DE ALMEIDA	SERVIÇOS DE LAVAGENS E VEÍCULOS	8.250,00
TELEMAR NORTE LESTE S/A	TELEFONIA FIXA	13.937,65
VALTEC REFRIGERAÇÃO LTDA	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT	8.045,98
	SUBTOTAL →	58.244,43
ELMAR PROCESSAMENTO DE DADOS	PAGAMENTO DE LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA	20.800,00
	TOTAL →	79.044,43

Parte da despesa tida por não licitada foi admitida pelo próprio defendente; já o valor de **R\$ 20.800,00**, relativo a contrato com a **empresa ELMAR**, refere-se ao valor contratual excedente ao máximo permitido para a utilização da modalidade **carta convite** (**R\$ 80.000,00**), que foi adotada para a seleção da empresa.

CREDOR	ОВЈЕТО	VALOR (R\$)
JOSÉ MARCIO MACIANO DA SILVA	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES	9.441,00
LUIZ CARLOS LACERDA VIRGOLINO	CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS	10.279,00
SEVERINO DOS RAMOS SOARES DE ALMEIDA	SERVIÇOS DE LAVAGENS E VEÍCULOS	8.250,00
TELEMAR NORTE LESTE S/A	TELEFONIA FIXA	13.937,65
VALTEC REFRIGERAÇÃO LTDA	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT	8.045,98
	SUBTOTAL →	58.244,43
ELMAR PROCESSAMENTO DE DADOS	PAGAMENTO DE LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA	20.800,00
	TOTAL →	79.044,43

O montante de licitações exigíveis não realizadas é ínfimo, tratando-se de pequenos valores que se situam próximos ao limite a partir do qual a licitação se torna exigível. Quanto ao valor excedente no contrato com a empresa Elmar, importa repisar que foi realizado o procedimento licitatório devido, tendo ocorrido a celebração de aditivo que elevou o valor contratual para um patamar superior ao permitido para a adoção de carta convite.



A falha, de fato existiu, mas resumiu-se a um único evento e, segundo relatório técnico, não há indícios de prejuízo ao erário em qualquer das despesas apontadas. Entendo ser suficiente, in casu, a aplicação de multa, nos termos do art. 56, II da LOTCE e recomendações à atual gestão, no sentido de evitar as práticas aqui descritas.

- Ausência de alternativa de encaminhamento de pedido de acesso a informações no site oficial do município;
- Não liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

A avaliação de práticas de **transparências de gestão** no **município de Pirpirituba** no **exercício de 2014** foi realizada nos autos do **processo TC 11.446/14**, oportunidade em que foi verificado o **cumprimento parcial** das exigências da legislação correlata e **aplicada multa**, posteriormente **afastada** em face de **Recurso de Reconsideração** (**Acórdão AC2 TC 00406/16**).

Não há, portanto, fundamento para a **aplicação de nova sanção ao gestor**, embora seja salutar **recomendar** a observância aos ditames legais acerca da matéria.

• Não recolhimento da contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência própria (R\$ 574.046,45);

No exercício de 2014, o município empenhou R\$ 1.004.046,56 em favor do IPAM, tendo pago apenas R\$ 442.051,64. Dos restos a pagar inscritos ao final do exercício (R\$561.994,92), o município pagou em 2015 apenas R\$ 99.959,43. Entretanto, no exercício de 2014, a Prefeitura Municipal pagou R\$ 283.754,48 em parcelamentos junto ao IPAM; em 2015, foram pagos ao IPAM a título de parcelamento R\$ 270.125,99 e, até abril de 2016 já havia sido pago o montante de R\$ 194.851,89 em parcelamentos.

Assim, somados os valores pagos em 2014, os restos a pagar inscritos em 2014 e pagos em 2015 e ainda o valor dos parcelamentos pagos durante o exercício de 2014, temse o total de R\$ 825.765,55 de despesas com a previdência própria no exercício. Diante de tais circunstâncias e considerando que o município vem pagando os parcelamentos junto ao instituto de previdência (IPAM), a falha deve ensejar a aplicação de penalidade pecuniária, sem, contudo, macular as contas prestadas.

 Não recolhimento da contribuição previdenciária do empregador ao Regime Geral de Previdência Social (R\$ 84.498,03);

O valor estimado pela **Auditoria** como **não recolhido** é pequeno em comparação com o valor total estimado (**R\$ 580.657,98**) e derivou, em parte, da inclusão de valores incorretamente classificados como **"outros serviços de terceiro — pessoa física"** (**R\$ 66.846,40**). Diante da **pequena expressividade do valor**, entendo ser suficiente a **aplicação de multa**, com fundamento no **art. 56 da LOTCE**, **sem reflexos negativos às contas analisadas**.

• Não atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos; e,

A construção de aterro sanitário pelos municípios é imperativo decorrente da Lei nº 12.305/10. Entretanto, a lei determina, em seu art. 54, que a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada em até 04 anos após a publicação da lei, ou seja, até 02/08/14. No caso de Pirpirituba, houve a adesão a um consórcio intermunicipal (CONSIRES), cuja presidência coube à Prefeita do município de Alagoinha. Por todas essas circunstâncias, entendo ser suficiente que sejam feitas as recomendações de integral cumprimento da legislação em vigor, mas sem a aplicação de penalidade pecuniária.



• Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis.

Trata-se do **registro indevido** de **despesas de pessoal** no elemento de despesa **"outros serviços de terceiros — pessoa física"**. A **falha não tem repercussão financeira**, mas o gestor deve ser instado a evitar a repetição da conduta.

Por todo o exposto, **voto** pela:

- **4.1.** Emissão de parecer favorável à aprovação das contas em exame, de responsabilidade do Sr. RINALDO DE LUCENA GUEDES;
- **4.2.** Julgamento regular com ressalvas das contas de gestão, exercício de 2014;
- **4.3.** Declaração de atendimento parcial às exigências da LRF;
- **4.4.** Recomendação à atual administração municipal no sentido de guardar estrita observância aos termos da Constituição Federal, das leis infraconstitucionais pertinentes, a fim de não repetir as falhas ora constatadas. É o voto.

PARECER DO TRIBUNAL

Vistos, relatados e discutidos os autos do PROCESSO TC-04.395/15, os MEMBROS do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB), à unanimidade, na sessão realizada nesta data, decidem:

- 1. Emitir PARECER FAVORÁVEL à aprovação das contas em exame, de responsabilidade do Sr. RINALDO DE LUCENA GUEDES;
- 2. JULGAR REGULAR COM RESSALVAS as contas de gestão, exercício de 2014;
- 3. Declarar o ATENDIMENTO PARCIAL às exigências da LRF;
- 4. RECOMENDAR à atual administração municipal no sentido de guardar estrita observância aos termos da Constituição Federal, das leis infraconstitucionais pertinentes, a fim de não repetir as falhas ora constatadas.



Publique-se, intime-se e registre-se. Sala das Sessões do TCE-PB – Plenário Ministro João Agripino. João Pessoa, 24 de agosto de 2016.

Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho - Relator

Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho - Relator

Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho - Relator

Conselheiro Fernando Rodrigues Catão

Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

Conselheiro André Carlo Torres Pontes

Conselheiro Marcos Antônio da Costa

Sheyla Barreto Braga de Queiroz

Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal

Assinado 26 de Agosto de 2016 às 08:25



Cons. Arthur Paredes Cunha Lima PRESIDENTE

Assinado 25 de Agosto de 2016 às 11:45



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho RELATOR

Assinado 25 de Agosto de 2016 às 12:32



Cons. Fernando Rodrigues CatãoCONSELHEIRO

Assinado 25 de Agosto de 2016 às 12:48

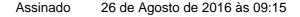


Cons. André Carlo Torres Pontes CONSELHEIRO

Assinado 29 de Agosto de 2016 às 10:54



Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira CONSELHEIRO





Cons. Marcos Antonio da Costa CONSELHEIRO

Assinado 25 de Agosto de 2016 às 12:20



Sheyla Barreto Braga de Queiroz PROCURADOR(A) GERAL